



ST14. FONTES IMPRESSAS E HISTÓRIA A HISTÓRIA NARRADA EM LETRAS DE FORMA

1004

OS MANUAIS DE CONDUTA NAS DÉCADAS DE 50 E 60: ENTRE RECATADAS E TRANSGRESSORAS¹

Thalita Mariana Moura Ribeiro²

Resumo: Em meados das décadas de 50-60, houve um significativo ingresso da figura feminina ao mercado de trabalho, tendo em vista esta perspectiva, se fez necessário a viabilização de manuais de conduta, na medida em que ambos os públicos (feminino e masculino) precisavam aprender como se portar em conjunto nestes novos ambientes, que eram o de trabalho, misto, e o ambiente privado cada vez mais reconfigurado na sua família nuclear (FOUCAULT, M. 1998) perante estas novas concepções. Pretende-se neste artigo pensar estes manuais (“Aprendas as Boas Maneiras” de Dora Maria e “O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber” de Vera Sterblitch) como equipamentos instituidores de certa ordem entre os indivíduos, a qual priorizava as questões referentes à pudicícia, permitindo, deste modo, ler a sociedade que circulavam nas cidades nesta época, e, se assim possível, representá-la nos seus jeitos, e talvez, trejeitos através do referencial teórico-metodológico pensado por Roger Chartier referentes a leitura, representação e apropriação de ideias.

Palavras-chave: Manuais de Conduta, Mulher, Trabalho.

INTRODUÇÃO

A modernidade pode ser determinada como a época da “sociedade disciplinar”, que consistiu em corrigir o “anormal” (aqueles que praticam transgressões) através da disciplina. O anormal faz parte de uma certa cultura da exclusão, do olhar punitivo perante à aqueles que se julgam normais. As transgressões, portanto, separam (classificam) os povos, traçando diferenças entre estes, ou seja, ao realizar-se

1 Artigo feito sob a orientação do Professor Doutor Iranilson Buriti de Oliveira Professor sendo este Associado II da Universidade Federal de Campina Grande. Possui dedicação exclusiva da UFCG. Foi coordenador do Curso de Mestrado em História da UFCG. Faz parte do quadro de avaliadores institucionais e de curso do BASIs/INEP/MEC. Autor de livros didáticos na área de História. Origem do Trabalho: Projeto de Iniciação Científica (PIVIC).

2 Graduanda do curso de Bacharelado em História pela Universidade Federal de Campina Grande; Integrante dos grupos de estudos "Laboratório de Pesquisas em Urbanidades" e "História das Práticas e Saberes Médicos". - LATTES/UFCG.

comparação entre os indivíduos, dá-se início ao processo de diferenciação que, por conseguinte determina regras a serem seguidas, regras determinantes para as características entre o limiar dos sujeitos separados.

Tendo em vista a perspectiva de diferença entre os povos, onde há indivíduos normais e anormais perante as regras de suas sociedades e culturas, pretendemos pensar neste artigo a prática da transgressão. Numa análise não tão profunda da História, se pode perceber quem são os “exemplos” a serem seguidos de cultura e civilidade, Norbert Elias no “Processo Civilizador” analisa os manuais de condutas de Erasmo de Rotterdam, cuja análise da aristocracia e dos novos hábitos que estavam aderindo, demonstram esta certa cultura preponderante dos “bons hábitos”, sempre acompanhados daqueles que faziam parte da sociedade mais abastada financeiramente, daqueles que faziam parte dos grandes cargos da sociedade como um todo. Esta “civilidade” em contrapartida a “barbárie” dos menos afortunados caracterizavam como a diferença entre ambos os povos, o que de certa permitiam àqueles o título de nobreza.

Como dito, Elias analisou os manuais de conduta, estas fontes impressas foram imprescindíveis para a história dos costumes, do comportamento como um todo, visto que eles proporcionavam e exprimiam as ditas normas a serem seguidas. Portanto àqueles que não seguiam tais normas expressas nos manuais eram sujeitos “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.” (FOUCAULT, 1987: 163)

Neste cenário entre normatizações e transgressões: Uma das manifestações mais intensas da normatização moderna incidiu por sobre as relações entre os indivíduos tomados como corpos sexuados. E, ali, sobreleva-se a colonização do corpo feminino.

Visto que se tratava de um contexto complexo, de iminentes lutas e repressão, onde a figura feminina exigia seu direito de fazer parte da sociedade como um todo, de forma mais igualitária, exigia, inclusive, seu direito e dever de cidadã. Esse tipo de comportamento, até então, nunca antes vivido pelas mulheres brasileiras (e se vivido, de uma forma bem menos extensivo), a não vivência dos parâmetros de comportamento ditos corretos pela cultura patriarcal, era motivo suficiente para que a mulher que luta recebesse adjetivos negativos e pejorativos, factualmente levando a esta jovem a passar por situações, desde conversas alheias de horror por outros grupos femininos ou masculinos que a cercavam ou por xingamentos. Em suma, de forma maniqueísta, o comportamento classifica-se entre positivo ou negativo, logo, todo comportamento é julgado e determinado dentro ou fora dos ditos “bons costumes”.

Segundo os manuais e sob a ótica da cultura patriarcal, mais recomendável seria, para aquela mulher que ia às ruas protestar, que procurasse um “bom partido” para casar-se e assim garantir um futuro estável, tendo a figura do pai de família para cuidar das questões financeiras da casa.

Isto sofreu uma quebra quando o desenvolvimento dos centros urbanos e das indústrias trouxeram consigo mais necessidade de mão de obra, sendo mulheres e crianças os alvos principais, haja vista que eram financeiramente mais baratas, além de serem muito lucrativas. A necessidade fez com que muitas dessas mulheres enfrentassem os discursos pejorativos e moralistas da época para trabalhar;

principalmente àquelas que eram abandonadas pelos seus maridos, àquelas que mesmo com o marido em casa não estavam conseguindo manter financeiramente a família, dentre outros casos.³

Os intelectuais, contemporâneos a esta descontinuidade histórica, procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, mediante esta nova conjectura a qual estavam dispostas, assim como a crescente urbanização das cidades, que posteriormente abriam para elas novas possibilidades de trabalho e de atuação. Sennett dissera que “independência e autonomia só despertam quando há alguma impureza, dificuldade e obstrução, como partes da sua própria experiência. (...) O corpo só se torna vivo ao lidar com dificuldades e superá-las.” (SENNETT, 1994: 254) Ou seja, o corpo feminino se sentia nessa situação de reconfigurações de espaços, entretanto, não sabia como agir ou lidar com estas dificuldades.

Para as mulheres que decidiam enfrentar a vida do mercado de trabalho, deveriam preparar-se para enfrentar uma alta carga horária, além de tarefas menos especializadas e a mau remuneração. Passavam por muitas situações hostis, desde a variação salarial, intimidação física, desqualificação intelectual e assédio sexual. A mulher que trabalhasse poderia representar uma ameaça a honra feminina, principalmente as operárias que eram as mais mal vistas.

Além disso, tinham que lidar com os cuidados para manter sempre limpo e higienizado o ambiente doméstico. Há de se pensar que mediante a toda esta jornada cansativa de trabalho, as mulheres não deteriam de tempo de cuidar do seu lar e, posteriormente, de suas crianças, daí havia uma certa mistificação no pensamento masculino, segundo a historiografia, que as crianças nessa situação seriam deixadas ao léu e sem a constante vigilância da mãe ficariam mais soltas e desprotegidas.

Além destas preocupações, a própria concepção de embelezamento sofre alterações. Visto que, como a figura feminina passou a vivenciar ainda mais o meio urbano para trabalhar, estas mulheres precisavam utilizar mais dos cosméticos, o que levava a aprimoramentos cada vez mais constantes destes produtos de beleza, reformulações da estética e da moda, sendo estas cada vez mais incentivando a nudez. Segundo Del Priore, elas já não mais pensavam em ter cuidados com a higiene pessoal e com a saúde, apenas em detrimento de satisfazer o marido ou para gestação, as mulheres se inspiravam em símbolos que apareciam na mídia (como a Coco Chanel, por exemplo) para mudarem e chamarem atenção, eram autônomas, e elas já sentiam o peso que esta autonomia tinha sobre suas vidas, uma certa liberdade, tão fortemente reprimida por tanto tempo, agora não mais era realizada; os cosméticos atendiam a desejos e acabavam por fazer surgir outros novos desejos.

A questão a ser pensada é que o público feminino “deixara” de ser reprimida por um discurso de superioridade masculino para passarem a serem sujeitadas à servidão do discurso midiático. Mesmo com toda esta modernização, a família ainda era pautada por toda uma conjectura baseada na moralidade. Determinando, como os corpos deveriam portar-se dentro e fora dos espaços públicos e privados. Educar era preciso,

³ Ler: RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

“Desejava a produção de dispositivos pedagógicos que possibilitassem uma nova leitura sobre si meso, levando os membros das famílias a constituírem uma hermenêutica de si, prestando atenção ao seu corpo, cultivando um jeito de assear-se, um modo de viver, produzindo-se e conhecendo-se como sujeito saudável.” (BURITI, 2011: 19)

Como se vê, a história das mulheres passa pela história do corpo. Inicialmente passando por um estágio de subordinação (exclusão), posteriormente visto como objeto de prazer (quando necessário), senhora da beleza (sendo perigosa para os homens) e o corpo visto como sensualidade mortal (igualmente perigosa nos aspectos voltados à pudicícia). Portanto, a visão do corpo feminino passara a basear-se na tríade beleza/saúde/juventude, para que esta pudesse viver em sociedade nos âmbitos urbanos.

Diante dessa nova busca de ideais de embelezamento, comportamento, educação advinda do público feminino se fazia necessário do uso das normas de conduta estabelecidas nos manuais (como dito acima), sendo estes preponderantes para a fundamentação e manutenção da sociedade e do cenário entre as décadas de 50 e 60.

MANUAIS DE CONDUTA

Em referência à pudicícia havia uma inquietação constante nas décadas de 50 e 60, tendo em vista que foi quando se experimentou com mais intensidade a inserção da mulher no mercado de trabalho e, por conseguinte, na cena pública. Um dos espaços nos quais se deu a cristalização de modelos pudicos de feminilidade consistiu nos manuais de conduta, impressos responsáveis por determinar e disseminar comportamentos sociais entendidos como aceitáveis e necessários.

Os manuais de conduta, vendidos com destaque nas livrarias e divulgados em revistas destinadas ao público em geral e, particularmente, às mulheres, de certa forma ajudavam a população a entender e, posteriormente, saber como agir numa sociedade que cada vez mais sofria alterações. Num gesto que prolongava a já antiga tradição de certa cultura impressa (periódicos, na maior parte das vezes, mas também certa literatura “para moças”, em especial), mas que a reelaborava, os manuais de conduta vieram a condensar um catálogo de permissões (e de interdições), a partir dos quais se imaginava que seria possível melhor administrar a vida pública (e privada) de homens e mulheres, justamente pelo controle e pelo regramento minucioso destas últimas.

Aqueles manuais foram imprescindíveis para ambientar tanto a figura feminina nesse novo espaço ocupado, quanto à masculina não acostumada em ter que conviver com estas no âmbito de trabalho. Afinal, costumes, assim como regras de conduta são aprendidas de fora para dentro em um longo espaço de tempo, mas os manuais estabelecem as normas prontas e acabadas, apenas cabendo ao indivíduo passar a vivencia-las em sua rotina de vida.

A Editora Gertum Carneiro S.A., popularmente conhecida como Editora Ediouro, de forte inserção nos estratos médios e baixos da sociedade, foi uma das que se beneficiou com esse novo tipo de leitura. Por ela foram lançados vários manuais dos mais diversos temas, dentre os quais, os manuais de códigos de conduta. Um dos mais destacados foi o *Aprenda as Boas Maneiras*, de autoria de Dora Maria, onde ela

constrói um corpo escrito para as mulheres, buscando, também, inscrever no corpo de carne e de emoções das suas leitoras diversos códigos de bom tom, de bem viver – ou seja, de civilidade. Ela explana para as leitoras como elas devem se portar nos mais diversos ambientes, sejam eles, trabalho, escola, família, refeições e até nos funerais.

Dora diz na apresentação de seu livro que este é “genuinamente popular”, direcionado a todos os públicos, sejam eles homens ou mulheres, ricos ou pobres, enfim, trata-se de um guia que deverá ser consultado “várias vezes ao dia” com a finalidade de obter êxito na vida social do leitor. Segundo a mesma, “a vida atual se mecaniza de maneira tão atordoante, confundindo de tal modo homens e coisas, que se ressentem a personalidade de deficiência de uma orientação social – base de toda a beleza exterior do ser humano.” (MARIA, 1961:7)

Não por acaso, o primeiro capítulo deste manual é logo direcionado à família, porque segundo estas alterações que a própria Dora Maria refere-se a qual as sociedades de seu tempo vinham sofrendo quem mais sofreria com as mesmas seria justamente o grupo familiar. Dentre as primeiras perguntas referidas ao público leitor, Dora questiona: “Você está a par das suas obrigações de chefe de família perante a lei?”, o que nos leva a pensar o quão forte é o pensamento de família nuclear, em que o “homem da casa” tinha seus deveres para com a família a serem cumpridos; ela reforça esse pensamento expondo uma imagem na página 14 a qual a figura da esposa e filho estão curvados (ajoelhados) reverenciando o marido, estando este com uma coroa e as vestes de um “homem das cavernas”, exercendo seu papel de autoridade na casa.

Quando o discurso é direcionado para o âmbito do trabalho, a autora dá enfoque muitas vezes ao público feminino, como já fora explanado no decorrer deste artigo, na época que fora escrita o manual as mulheres estavam exercendo novos exercícios, dentre os quais no âmbito das cidades, trabalhando. Inclusive, há um tópico específico para este público denominado de *A mulher que trabalha*. Primeiramente, a autora já deixa claro que a mulher ocupa no mundo o seu lugar conveniente, em que não mais limita-se ao ambiente doméstico, “já se considera obsoleta a ideia de que trabalhando fora do lar, a mulher não poderia ser boa esposa”# diz Dora. Para uma boa convivência naquele ambiente é sugerido que as pessoas ali viventes saibam portar-se com dignidade uns para com os outros.

Já entre os últimos capítulos Dora expõe o segredo de como se viver bem. Em síntese, o leitor não pode esquecer de repousar o corpo e o espírito em intercalação com o trabalho e manter sempre o exercício de ter para consigo e com os outros o exercício das boas maneiras.

Para aquelas que preferiram não correr o risco de sofrerem das repressões da sociedade ao transgredirem os “bons costumes” indo às ruas trabalhar ou porque não tinham necessidade disto, tinham como obrigação serem excelentes dona de casa, manterem-se sempre limpas e bem vestidas, o que também originou manuais de conduta para esse específico grupo.

Este é o caso do manual intitulado *O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber*, escrito por Vera Sterblitch, viabilizado pela mesma editora que publicara *Aprenda as Boas Maneiras*. O manual de Sterblitch é direcionado especificamente ao público feminino de classe alta, haja vista que há capítulos sobre os cuidados que a dona deve

ter para com peles, joias, dentre outros objetos que geralmente não são encontrados nas casas dos menos afortunados. As imagens ali encontradas, também tem a função de aconselhar, nelas estão contidas os deveres dessas mulheres, nas quais aparecem como as verdadeiras “rainhas do lar”, mantendo a ordem e o controle sobre aquele ambiente, apesar dos esforços de impedimento do marido preguiçoso e trapalhão ali representado.

PUDICÍCIA E OS MANUAIS DE CONDUTA

Neste artigo, pensamos a permanente e inquietante interrogação sobre a possibilidade de ir do discurso ao fato, visto que temos como pretensão analisar o discurso viabilizado pelos manuais de conduta relativos às questões eventuais de pudor, comportamento, educação, família, higiene, enfim; temas estes que fizeram parte da composição da história cultural brasileira, desde as suas inquietações e concordâncias e de suas tensões e flexibilidades, o que obriga a pôr em causa a ideia de fonte enquanto testemunho de uma realidade e de que se esta seria mesmo instrumento de mediação e de transformação.

Como já foi dito acima, pretendemos tratar neste artigo uma época tensa, do afloramento do feminismo, da exaltação dos “novos” direitos e deveres das mulheres, e tendo em vista que ambos os públicos, seja o feminino ou o masculino não estavam acostumados ou adaptados a essas novas condutas, se fazia necessário que alguém ou algo os ensinassem, pois a “leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos” (CHARTIER, 1990, p. 123).

Para tanto, a Editora Gertum Carneiro entendeu (ou ao menos foi o que acreditamos na nossa pesquisa que ela tenha entendido), que o Brasil precisava de orientação e para que a ordem fosse possibilitada novamente, passou a vender os manuais de conduta, haviam muitos, dos mais variados temas, das mais variadas circunstâncias, enfim. Visto que, se fazia necessário, inclusive, a leitura, interpretação, apropriação e representação das ideias contidas nos manuais, para que estas mantivessem a ordem, respeito, educação, e todas as outras normas entendidas nos manuais como corretas. Pois a apropriação resulta do encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Os textos não possuem um sentido estável, isso é certo. Contudo, seu significado é construído no terreno da negociação entre a proposição do autor e apropriação do leitor.

Portanto, nossa análise apoia-se na interpretação de Chartier, a qual pensa “uma história da construção de significação” (Chartier, 2003: pp. 166) no que diz respeito aos manuais. Diz também que para “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado aos textos de que se apropria” (CHARTIER, 1996, p. 20). Neste sentido, no que se refere à pudicícia, aquele que lia o manual, antes deste, já detinha de sua cultura e concepções próprias acerca do pudor, entretanto, após a leitura os conceitos pré-estabelecidos poderiam sofrer rupturas ou serem ainda mais cristalizados.

Segundo Chartier, os textos não têm sentido estável, universal, imóvel, mas são construídos na negociação entre uma proposição (do autor) e uma recepção (do leitor), no encontro entre as formas e os motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou as expectativas do público que deles se apropriam.

É pertinente destacar que a leitura tem uma história e que a significação dos textos depende das “capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias às comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, os seus diferentes públicos” (CHARTIER, 2006, p.35). Posteriormente, diríamos que a palavra que determina a leitura de um manual é: depende. Simplesmente depende de quem lê o manual, depende do que ele entendeu, do que ele propagou, de como aqueles que ouviram o pensamento entenderam, enfim, depende.

Nesse lugar metodológico, tanto os textos quanto os discursos não são vistos como objetos que revelam uma realidade que se encontra oculta sob eles, mas constituem, eles próprios, modos de expressão da linguagem e do pensamento, sistemas construtivos das realidades, dos modelos de conduta, sendo, portanto, produtos materiais da mediação entre as realidades pessoais e sociais.

CONCLUSÃO

Os manuais lidos na pesquisa para este artigo (estudo ainda em andamento para a monografia) registram uma história tensa, permeada por enfrentamentos e negociações. Dividida em gêneros que se complementam e se afastam ao sabor das conveniências morais e materiais, a sociedade moderna encontrou em certos dispositivos, entre os quais os manuais de conduta, um espaço de normatização de si mesma.

Dirigidos especialmente às mulheres - visto que os homens se entenderam, na modernidade, como quase *naturalmente* aptos à vida em sociedade, demandando na verdade por outras instâncias civilizatórias - os manuais de conduta eram o corpo escrito de uma feminilidade rígida. As mulheres neles configuradas eram personagens de cenas congeladas, que se repetiam mesmo com a passagem do tempo e com mudanças no seu estado civil. Deveriam ser recatadas, prendadas, eficientes na sua condição de gestoras do lar e da prole.

Para isso eram construídos aqueles monumentos escritos, aliás. Cabe, no entanto, à história, o trabalho de inquirir aquela documentação em duas direções, ao menos: em primeiro lugar, cabe perguntar sobre as tensões que dormem por baixo daquelas páginas aparentemente tão singelas; em segundo lugar cabe ampliar o esforço de pesquisa, indo-se em busca das leitoras e das apropriações daqueles materiais.

Há muitas histórias a contar, enfim.

REFERÊNCIAS

BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império**. Campina Grande: EDUFPG, 2011.

CHARTIER, Roger. **Textos, impressão, leitura.** In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Formas e sentido.** Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

_____. **História cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **A “nova” história cultural existe?** In: LOPES, Antônio H.; VELLOSO, Monica P.; PESAVENTO, Sandra J. *História e Linguagens.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher:** Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador,** volume 1: uma história de costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

RAGO, M. **Adeus ao feminismo?** Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996. <http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/151/152> Acesso em 19 de junho de 2014.

SANT’ ANA. **Cuidados de si e embelezar feminino:** Fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In. *Políticas do corpo: Elementos para uma história das práticas corporais.* 2,e.d- São Paulo: Estação Liberdade, 2005

VIGARELLO, Geoges. **Panóvilas Corretoras.** Balizas para uma história. In: *Políticas do Corpo: Elementos para uma história das práticas corporais.* 2,e.d- São Paulo: Estação Liberdade, 2005.